



Prolegômenos para uma teoria da beleza das paisagens em ambientes urbanos: contribuição ao desenvolvimento de uma nova cultura em termos de produção do espaço no Brasil¹

Prolegomena for a theory of beauty of landscapes in urban environments: contribution to the development of a new culture in terms of space production in Brazil

Cláudio Jorge Moura de CASTILHO¹, Bruno Augusto Nogueira Monteiro PONTES^{1*}

¹ Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil.

* E-mail de contato: bruno.pontes@ufpe.br

Artigo recebido em 24 de outubro de 2018, versão final aceita em 11 de novembro de 2019.

RESUMO: Retoma-se a discussão da relevância da formulação de uma teoria da beleza das paisagens com a finalidade de explicar a natureza do processo de construção de ambientes urbanos, como contribuição ao desenvolvimento de uma nova cultura em termos de produção do espaço no Brasil. A metodologia utilizada para a realização deste escrito fundamentou-se, essencialmente, na revisão da literatura acerca da questão ora delimitada, bem como na experiência empírica dos autores. Como principal contribuição a qual se chegou, ressalta-se a necessidade de se pensar e produzir espaços retomando a preocupação com a beleza das paisagens dos homens e das mulheres como viabilizadora do sentimento de amor capaz de reforçar sentimentos de pertencimento ao território.

Palavras-chaves: território vivido; racionalidade técnico-instrumental capitalista; cultura do desprezo; Região Metropolitana do Recife.

¹ Nossa preocupação inicial para com o tema objeto desse artigo foi instigada pelas atividades de debates, discussões, leituras, conversas e palestras realizadas em universidades italianas durante o período de março a abril do ano de 2014, em que atuamos como *Visiting Professor* junto à Università Ca' Foscari di Venezia.

ABSTRACT: It is resumed the discussion about the relevance of the formulation with regard to a theory of beauty's landscape in order to explain the nature of the process of urban environment's construction as a contribution to the development of a new culture in terms of space production in Brazil. The methodology used to carry out this paper was essentially based on a literature review about the question delimited, as well as on the authors' empirical experience. As the main contribution that has been made, it is necessary to think and produce spaces, returning to the concern with the beauty of the men and women landscapes as an enabler of the feeling of love capable of reinforcing feelings of belonging to the territory.

Keywords: lived territory; capitalist technical-instrumental rationality; culture of contempt; Metropolitan Region of Recife.

1. Considerações iniciais

Conceitualmente, na nossa visão, a beleza refere-se ao bem comum pertencente à coletividade ambiental. A paisagem, por exemplo, pode ser considerada como uma representação de um território no âmbito de uma totalidade complexa tecida pelas inter-relações simbióticas e dialéticas entre os bens não produzidos pelos homens e pelas mulheres (rios, vegetação, terra, ar, etc.) e aqueles socialmente produzidos (habitações, vias de acesso, campos, cidades, etc.), indicando o modo como se vive no Planeta Terra.

De acordo com Scruton (2013), a preocupação com o tema da beleza, notadamente por filósofos e escritores, aconteceu no curso do século XVIII, através da reflexão acerca da natureza e das paisagens, reconhecendo as ameaças à sua perda pela intervenção muitas vezes inconsequente da sociedade sob os imperativos da racionalidade técnico-instrumental capitalista.

Sempre relacionada com o espaço geográfico, a paisagem, segundo Santos (1997, p. 83), “[...] se dá como um conjunto de objetos reais-concretos [...] é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre o Presente, uma construção horizontal, uma situação

única. [...] A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável; um espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente”, reverberando-se, dialeticamente, na percepção da paisagem. A paisagem trata-se, por outro lado, de um bem que deve ser defendido pela sua sociedade na medida em que tem sido, permanentemente, ameaçada no curso da expansão global das relações capitalistas de produção sob os imperativos supramencionados. O que tem proporcionado um contínuo processo de separação entre natureza e sociedade, de tal maneira que, hoje, tem-se que recuperar, o mais rápido possível, o equilíbrio de outrora fazendo valer a ética no lidar com o ambiente humano, por meio de uma racionalidade ambiental (Leff, 2004).

No século XIX, preocupando-se com o desequilíbrio acima mencionado, Élisée Reclus definiu-o como uma brutalidade chamando a atenção dos destruidores da natureza para o fato de que “o belo e o útil podem aliar-se da maneira mais completa [...] sem desrespeitar o encanto das paisagens, ou, inclusive, acrescentando com arte à sua beleza” (Reclus, 2010, p. 89). Entretanto, segundo esse mesmo autor, o que se tem visto desde então, é justamente o contrário, ou seja, o enfeamento das paisagens pelos interesses especuladores que se apoderam da natureza às custas de um progresso que só se preocupava com o crescimento econômico.

Desse modo, dentre a miríade de abordagens razoáveis, compreendemos que a perspectiva da beleza das paisagens suscita possibilidades de uma crescente sensibilização da sociedade nesse sentido. Busca-se, neste escrito, então, contribuir para esboçar uma teoria capaz de pensar em possibilidades concretas a fim de desenvolver – como *práxis* – uma cultura da beleza das paisagens, visando, simultaneamente, reconhecer a necessidade urgente de recuperar ambientes urbanos belos, que têm sido perdidos em nossas cidades.

Conceitualmente, de acordo com a literatura ora utilizada e, ao mesmo tempo, com a experiência dos autores deste ensaio, beleza refere-se, mormente, a qualidade dos ambientes existenciais da coletividade social, fazendo valer os ideais de equidade e justiça territoriais na perspectiva de ambientes efetivamente sustentáveis para todos e todas, ou seja, no âmbito de uma cultura diferente que pensa e pratica o território como Bem Comum.

No que tange ao termo cultura, tradicionalmente, [...] on remarque au moins les six significations suivantes. *Comme non-dénombrable*: 1. Le contraire de la nature. 2. L'ensemble des productions idéelles disponibles dans une réalité sociale donnée. 3. Les productions esthétiques d'une société [...]. *Comme dénonbrable*: 4. Une civilisation ou même, par anglicisme, une société. **5. Un rapport au Monde, commun aux membres d'une communauté.** 6. **Par extension, les idées et les valeurs communes à un groupe quelconque** (Lévy & Lussault, 2013, p. 238, destaque nosso).

É no âmbito dos dois últimos sentidos que se discute a predominância do desprezo pelo sentido pleno do conceito de beleza da paisagem no processo

de produção do espaço no Brasil, ressaltando três casos específicos na Região Metropolitana do Recife (RMR) (Figura 1), no estado federado de Pernambuco: o da construção de um novo espaço industrial e portuário; o da construção de um novo espaço residencial e de serviços; e o do processo de gentrificação em áreas próximas ao rio Capibaribe, bairro Torre.

Acrescenta-se ainda, que, no tempo presente, os sentidos inerentes ao conceito de cultura acham-se submetidos aos imperativos da cultura de massa, contrapondo-se à cultura popular. Segundo Santos (1997, p. 262), enquanto que

A cultura de massa é indiferente à ecologia social. Ela responde afirmativamente à vontade de uniformização e indiferenciação. A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e o seu entorno, encara a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e o seu meio, mas seu alcance é o mundo.

É, portanto, no âmbito da perspectiva da cultura popular que se tem condições efetivas de criar e inovar no que diz respeito ao conjunto de práticas de uso da natureza. Em outras palavras, é somente no âmbito da cultura popular que existem possibilidades concretas de se formular uma cultura de produção do espaço que mantenha a beleza a ele inerente, enquanto que já se tem provas suficientes de que a cultura de massa é destruidora da beleza e promotora da feiura das nossas paisagens².

² A propósito, aos 7 de junho de 2018, a RAI (rede italiana de televisão) exibiu um documentário intitulado “*Assalto alla Bellezza*” sobre a invasão de áreas litorâneas por construções irregulares, pelo qual se criticou as ações humanas inconsequentes baseadas na implementação de construções irregulares e abusivas que estavam destruindo as paisagens historicamente construídas, introduzindo a feiura nos lugares afetados pelos interesses puramente especulativos. Disponível em: <https://www.raipaly.it/social/video/2018/05/Speciale-Tg1-68c09c1c-36ff-4a03-9bec-dcc925590ec8.html>



FIGURA 1 – Recife no Brasil, Região Metropolitana do Recife (RMR) e Espaço Urbanizado.

FONTE: Prefeitura do Recife, 2009.

Tenta-se, ao mesmo tempo, construir, fundamentando-nos nos casos ora considerados para a discussão, uma proposta de compreensão do que significa a beleza de uma paisagem e, por sua vez, a de ambientes urbanos, contrapondo-a à ideia de feiura. Isso foi feito visando, por meio de um esforço de abordagem interdisciplinar, refletir sobre perspectivas concretas de contribuir para o desen-

volvimento ambiental, para o qual a qualidade de vida e o bem-estar e o bem-viver dos homens e das mulheres no âmbito de belas paisagens constituem condições *sine qua non*.

A relevância deste escrito reside, principalmente, na necessidade permanente de penetrar nos interstícios dos sistemas de ações produtores dos territórios a partir dos quais se tecem e se usam,

no tempo presente, os diversos elementos que compreendem os ambientes de vida na Terra. Com isso, pretende-se não somente deslindar sua essência, mas, concomitantemente, reativar nosso papel ético de contribuir para a retomada de caminhos ambientalmente sustentáveis, ou seja, consequentes para nossas vidas, questionando o existente.

2. Metodologia

A revisão da literatura sobre o tema ora em apreço, no âmbito de uma abordagem histórico-crítica dos territórios existenciais como uma totalidade complexa em permanente processo de movimento em algum sentido, constituiu o método de abordagem utilizado para a reflexão realizada.

Na perspectiva da concretização do método supramencionado, utilizou-se dos seguintes procedimentos metodológicos: revisão da literatura acerca do tema em apreço; consideração de experiências empíricas; e análise de resultados de informações obtidas através de entrevistas realizadas junto a moradores dos territórios considerados para a discussão empreendida.

Na revisão da literatura, destacou-se apenas as ideias que se atribuiu relevantes para a discussão, evitando a exaustão provocada por excesso de citações com a finalidade de não cansar o leitor. As experiências empíricas basearam-se em resultados das pesquisas realizadas no grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) da Universidade Federal de Pernambuco. As entrevistas junto aos moradores foram realizadas nos seus próprios territórios de existência, sugerindo-lhes que, antes de responder às nossas questões, observassem o seu entorno e lembrassem da história da construção dos seus territórios (bairros).

Trata-se, enfim, de um ensaio descritivo-qualitativo de caráter interdisciplinar, com foco na questão da qualidade visual da paisagem como valor essencial para a qualidade de vida das pessoas. A descrição constitui um ponto de partida essencial para a explicação e, por conseguinte, a discussão da realidade tratada, de maneira que

O que deve estar no alicerce da descrição é a vontade de explicação, que supõe a existência prévia de um sistema. Quando este faz falta, o que resulta [...] são peças isoladas, distanciando-se do ideal de coerência próprio a um dado ramo do saber e do objetivo de pertinência indispensável (Santos, 1997, p. 16).

Ao mesmo tempo, somente uma perspectiva interdisciplinar de pesquisa reúne as condições necessárias à realização do propósito deste ensaio. Compreendendo, segundo Leff (2000) e Coimbra (2000), um campo de reflexão privilegiado no âmbito das inter-relações sociedade-natureza, em função da sua perspectiva holística da abordagem da questão ambiental, a interdisciplinaridade constitui, simultaneamente, método e perspectiva de pesquisa capaz de integrar natureza, sociedade, história, cultura, ideologia, entre outros, em prol de uma compreensão do mundo em sua complexidade.

3. Permanência, na história, da cultura do desprezo pela “beleza” da paisagem em seu sentido pleno...

Contextualizando histórico-geograficamente o argumento dessa discussão, podemos sintetizar nossa posição fundamentando-nos, ainda, em ideias do sociólogo italiano Francesco Alberoni. Ele publicou

um trabalho cujo título, *per se*, já se faz bastante sugestivo, isto é, “observemos os jardins e as ruas para julgar os políticos, o belo e o feio”, ou seja, com suas próprias palavras,

A única medida do valor e da grandeza de uma civilização é representada pelos produtos artísticos que ela nos legou, **pela beleza**, da mesma maneira que a ciência, a filosofia, as formas de governo, todas as manifestações da cultura, do engenho, da moralidade que, no final, objetivam-se como beleza. Para compreender se foi Atenas ou Esparta o centro cultural da Grécia, basta observar bem o que restou de cada uma delas. [...] Observe o *Campo dei Miracoli* em Pisa, com o cemitério velho, a Catedral, o Batistério, a Torre [inclinada]. Obras-primas de beleza sublime, edificadas no século XI, quando as pessoas viviam ainda em cabanas. Ou Veneza, Florença, Siena. E então, compreende-se que as poucas milhares de pessoas que moravam naquelas cidades possuíam uma capacidade criativa cem, mil vezes superior àquela dos seus vizinhos sem história. [...] Também hoje, se quiserem julgar uma civilização, uma classe política, uma elite cultural, observem seus produtos artísticos, a beleza que revelam. Se não se encontra nada de belo, de sublime, mas só mediocridade e desolação, então isso quer dizer que essa gente não vale nada e não fez nada. [...] **Observem como são mantidas as ruas, as praças. Observem como são mantidos os monumentos históricos, os jardins. Observem as fontes. Observem o amor pelas universidades, pelas bibliotecas, pelos museus.** Tentem imaginar ser ainda habitantes de Pisa, Florença, Veneza na época do seu máximo esplendor, com o mesmo gosto exigente, com a mesma vontade de superar-se primando pela perfeição. Isso vivendo na época em que cada coisa, o hospício, um hotel, um hospital, deveria ser uma obra de arte. **Tentem julgar os vossos políticos com a mesma mente aberta, exigente, de então.** Consciente de que tudo só depende do vosso gosto, do vosso rigor e do vosso juízo responsável (Alberoni, 1994, p. 1, tradução livre, destaques nossos).

Pensar na ideia de beleza remete-nos, simultaneamente, à de feiura. De acordo com o Dicionário Houaiss (versão 2009), o significado da palavra beleza diz respeito a “[...] qualidade, propriedade, caráter ou virtude do que é belo; [...] caráter do ser ou da coisa que desperta sentimento de êxtase, admiração ou prazer através dos sentidos [...]; característica daquilo que possui harmonia, proporção, simetria, imponência etc. [...] qualidade do “ser” ou da coisa que suscita a admiração e um sentimento de adesão por seu valor moral ou intelectual”. Nesse sentido, segundo o mesmo Dicionário, um ser belo é aquele que “[...] tem formas e proporções harmônicas; bonito [...]; produz uma viva impressão de deleite e admiração [...]; desperta no homem que a [realidade natural ou cultural] contempla uma satisfação, emoção ou prazer específicos, de natureza estética [...] corresponde[ndo] a determinadas normas convencionais de harmonia de proporções, de plástica, de equilíbrio, de perfeição no seu gênero”.

O conjunto das definições acima retomadas vale, portanto, para refletir sobre sua oposição, isto é, sobre a feiura, que tem predominado na construção de paisagens e ambientes em nossas cidades, sobretudo em função do caráter simplista, limitado e reduzido dessas ações. O que se torna ainda muito mais evidente em territórios nos quais a injustiça e a desigualdade territoriais acham-se visivelmente presentes no espaço.

De acordo com o mesmo Dicionário, como antônimo de beleza, o termo feiura significa “[...] desprovido de beleza, de aparência desagradável” dentre outros. Isso fica patente quando não se leva em conta a qualidade de vida e o bem-estar dos seres vivos no âmbito dos ambientes resultantes de ações humanas, procedentes de processos consequentes de planejamento e gestão do território.

Acredita-se que a negligência com relação à dimensão da beleza em seu sentido pleno, no âmbito da ciência e, concomitantemente, no das ações humanas constitui, em seu conjunto, um dos aspectos mais relevantes da atual crise ecológica que atinge a totalidade das paisagens e dos ambientes (de trabalho, mobilidade, lazer, vida) existentes na Terra.

Reforçando a complexidade do conceito de qualidade das paisagens em ambientes urbanos, considera-se que

[...] o planejamento urbano não pode prescindir do empenho de realizar o objetivo de qualidade [urbana] que, mesmo genérico, tem seguramente a ver com a estética, a funcionalidade e a equidade. Não se pode falar, de fato, somente de ‘beleza’, mesmo que a ‘cidade bela’ não pode deixar de ser um dos objetivos do planejamento urbano; de preferência a *qualidade urbana* refere-se a algo mais complexo, em perfeita coerência com a complexidade da cidade (Indovina, 2006, p. 105, tradução livre).

Seguindo uma das ricas sugestões de E. Reclus, reforça-se que a ciência deve reaproximar-se da natureza a fim de estudá-la de maneira mais profunda, contemplando os seus fenômenos com vistas a contribuir para uma formação social complexa através de uma educação – ambiental! – voltada à promoção do respeito a esta dimensão tão necessária e relevante para a vida dos homens e das mulheres.

Entretanto, o que se tem visto é a negligência quase que total com relação à natureza, fato que, por seu turno, tem agravado as condições de vida das pessoas em termos de bem-estar e, por conseguinte, de bem-viver, no curso da evolução dos homens e das mulheres na Terra.

Acredita-se que, com base em tais princípios, nos anos oitenta do século XX, houve quem, por

exemplo, criticasse o andamento da implantação do que viria a tornar-se, posteriormente, o Complexo Industrial Portuário de Suape, no litoral sul de Pernambuco, chamando a atenção para a catástrofe ambiental que tal ação poderia engendrar na paisagem local, destruindo o belo e impondo o feio. Nesse sentido, foi dito que

[...] a prática tem sido sempre a de maltratar a paisagem e o meio ambiente para a obtenção de pretendidos resultados econômicos. [...] Em outras palavras, bem-estar pode ser obtido com mais mercadorias e serviços, mas, nesse afã de oferecer mais produção, perdem-se coisas (beleza, limpeza, harmonia ecológica) que implicam queda de bem-estar (Cavalcanti, 1986, p. 124-125).

O conceito de beleza deve ser, portanto, associado aos de qualidade de vida e bem-estar das pessoas, pois, somente assim a beleza – assumindo suas condições inerentes de complexidade, abertura e integralidade – suscitará sentimentos sublimes carregados de amor e posturas de pertencimento aos espaços vividos pelos homens e pelas mulheres no curso das suas histórias de vida, algo próximo do que se pode considerar como sustentabilidade.

Entretanto, ainda hoje, no mundo e no Brasil, o que predomina é, lamentavelmente, um conjunto de práticas do feio, isto é, da insustentabilidade ambiental. O que, neste país, ainda se torna mais grave em função da presença de uma cultura de produção territorial que sempre se fundamentou na ideia de espaço a ser preenchido com construções, não considerando, e mesmo desrespeitando, tudo o que se acha nele contido, tal como lembrado por Castilho (2017).

Com efeito, por conta do predomínio desta cultura vista e praticada como algo fatal, há

[...] um fabuloso culto ao feio em toda a esfera espacial pública e em suas interfaces. O desleixo é generalizado. Em alguns casos, por falta de recursos, competência, boa administração e disciplinamento codificado; em outros, pela absoluta falta de educação popular, pelo baixíssimo grau de exigência da esfera pública. As cidades fazem transbordar panoramas viscerais em seus bairros e subúrbios: construções de bloco ou de refugos, sem qualquer acabamento; total ausência de arborização; soluções arquitetonicamente absurdas, sem a menor preocupação com a vizinhança e o conjunto; ruas lamacentas, esburacadas, sujas e ensanguentadas. Montões de gente no aviltamento das condições sanitárias infecciosas, cujo espaço público são riachos-esgotos de lazer, imundos, onde crianças disputam lugar com ratos e baratas. São cenas familiaríssimas no cotidiano dos programas televisados, por causa das costumeiras catástrofes ou das ações religiosamente diárias da Polícia Militar (Yázigi, 2001, p. 274-275).

Sendo isso resultado, principalmente, da essência da lógica do processo de produção do espaço no Brasil a qual, secularmente, tem difundido e praticado a cultura do desrespeito para com a natureza e as pessoas, construindo paisagens e tecendo ambientes insustentáveis à vida dos homens e das mulheres.

Nesse sentido, por exemplo, desde a construção, a partir dos anos 1970, do que se tornou, hoje, a base do tão conhecido espaço-propulsor do crescimento econômico em Pernambuco – o Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS) (Figura 2), na RMR –, em uma área onde, antes, havia grande beleza “natural”, não se deixou de indagar sobre a essência desse crescimento: “[...] se se destrói a paisagem, se se cria um ambiente mais feio com o balneário, se se veda o livre acesso ao mar, quem

assegura que a sociedade saiu ganhando?” (Cavalcanti, 1986, p. 134).

Da mesma forma, esse problema pode ser colocado para o caso da implantação, notadamente, a partir dos anos 2000, do Complexo Imobiliário Residencial e de Serviços (CIRS)³ Reserva do Paiva (Figura 3), localizado, também, ao sul da RMR. Caso em que, para além das transformações dos aspectos físico-naturais, a supressão do território, da história, das relações estabelecidas pelos homens e pelas mulheres em interação com seus ambientes de vivência, caracteriza o “esvaziamento”, a feiura decorrente de intervenções que não consideram a perspectiva de manutenção da beleza das paisagens. A ruptura estética e simbólica promovida por intervenções com este mote ressignifica sobremaneira o ambiente, intensificando a fragmentação do espaço e o distanciamento de homens e mulheres da sua própria Natureza.

O processo de produção dos espaços acima representados não vem considerando, portanto, a beleza da paisagem anterior, des-envolvendo os homens e as mulheres da natureza, seguindo, assim, a lógica de produção de espaços sob os parâmetros do utilitarismo e do *laissez-faire* economicista, os quais, para Mumford (1998), traduzem-se pelo seu caráter insustentável em termos de paisagens produzidas e ambientes tecidos. Foi a partir do período *paleotécnico* do capitalismo industrial que se engendrou *Coketown* como modelo de cidade.

Este modelo foi, portanto, espalhado por praticamente todo o Planeta, tecendo paisagens e, por sua vez, ambientes insustentáveis à vida, tanto do ponto de vista material como imaterial. *Coketown* foi considerado como cidades,

³ Denominação utilizada, de maneira pertinente, por Barbosa (2014), contrapondo-se, portanto, a perspectivas simplistas, limitadas e redutoras que têm erroneamente considerado hoje esta área como um “bairro planejado”.



FIGURA 2 – Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS).

FONTE: www.escadaedesenvolvimento.wordpress.com. Imagem capturada em 2014.

NOTA: não se teve acesso a imagens da área antes da implantação do atual CIPS. Porém, segundo relatos históricos, inicialmente, esta área estava coberta por uma vegetação litorânea, possuindo águas límpidas e saudáveis, constituindo-se em verdadeiros “berçários” para muitos animais marinhos, bem como em fonte de alimentos para moradores pobres que se achavam próximos simbioticamente à área.



FIGURA 3 – Complexo Imobiliário Residencial e de Serviços (CIRS) Reserva do Paiva.

FONTE: Odebrecht Realizações Imobiliárias. Imagens de 2006 e 2014, respectivamente.

NOTA: podemos, a partir destas imagens, pensar não somente no que se perdeu, como, ao mesmo tempo, no que ainda se encontra ameaçado a perder-se em termos de “natureza” com o processo de implantação e expansão do CIRS.

[...] em seu todo, soturnas e feias, ambientes hostis à vida humana, mesmo no seu nível fisiológico mais elementar; também o sobrepovoamento padronizado dos bairros pobres repetia-se nas moradias da classe média e nos alojamentos dos soldados, classes que não estavam sendo diretamente exploradas com objetivos de lucro (Mumford, 1998, p. 501-502).

Tais parâmetros de cidade, hoje compreendidos como próprios de uma racionalidade técnico-instrumental capitalista neoliberal, referem-se *grosso modo* à lógica do acontecer histórico do capitalismo ordenando, autoritária e violentamente, os territórios do Mundo que lhe interessam de acordo com o seu escopo maior, ou seja, o da permanente expansão e consolidação dos processos de geração de riquezas a todo custo.

Os espaços da racionalidade funcionam como um mecanismo regulado, onde cada peça convoca as demais a se pôr em movimento, a partir de um comando centralizado. É essa a lógica da natureza artificializada, em sua busca de imitação e superação da natureza natural [...]. Um outro sonho que se torna realidade, o sonho de um meio artificial, funcionando como um laboratório ideal substituindo a natureza, sobre a qual se instala. (Santos, 1997, p. 239-240)

E, para agravar mais ainda a situação ora em destaque, seus espaços foram desprovidos dos objetos causadores das amenidades ambientais tais como o solo, a vegetação, as águas, os ventos, a iluminação solar, etc. transformados progressivamente em mercadorias, fazendo das cidades ambientes indesejáveis.

Mais de perto, segundo Mumford (1998), visivelmente, este modelo de cidade possuía cor predominantemente negra, odores peculiares aos distritos do gasômetro, nuvens de poeira acre das

fábricas, emitia barulhos insuportáveis, influenciando nos hábitos dos seus habitantes, os quais adoeciam com frequência começando pela irritação dos olhos, da garganta, dos pulmões, etc. Problemas gerados pela cultura do feio a qual, contraditoriamente, foi cultuada como expressão do progresso econômico.

O conjunto de problemas supracitados fez parte do crescimento de cidades em que a vida era simplista, limitada e reduzida, sobretudo porque seus habitantes não utilizavam os espaços da cidade como lugares de encontros, afastando-se deles em função da ânsia de ganhar dinheiro. No entanto, tais espaços, pela sua própria natureza, deveriam constituir lugares para a realização plena da vida humana.

Tratava-se, portanto, de mais uma situação óbvia de desrespeito para com os ambientes histórico-territorialmente tecidos, representados por paisagens feias. O que também não é nada novo na história urbana, tal como se viu em cidades, por exemplo, como Recife.

Com efeito, no espaço urbano desta cidade, os seus rios e canais naturais foram alvo de ações de desrespeito em função do excessivo utilitarismo econômico de que as classes dirigentes locais se utilizaram para dominarem a natureza. No caso específico do rio Capibaribe, notadamente no seu baixo curso, o de maior densidade urbana, esta insensatez aconteceu na medida em que a sociedade local afastava-se da sua própria natureza.

Foi exatamente nesse trecho da bacia hidrográfica [do Capibaribe] que, ainda no início do processo civilizatório, o 'rio' começou a ser estreitado sob o pretexto da construção de um cais. Aterros e mais aterros sucessivos foram ocorrendo, modificando, sobremaneira, a geometria hídrica da planície flúvio-marinha, com consequências ambientais negativas consideráveis,

alguns anos depois (Jatobá, 2014, p. 144).

Se antes esse rio era valorizado pela sua sociedade; posteriormente, em função dos imperativos da lógica da racionalidade técnico-instrumental capitalista, ele, assim como os demais cursos d'água existentes na cidade conhecida como “Veneza Brasileira” (Castilho, 2014), tornaram-se verdadeiros esgotos a céu aberto.

Antes, porém, nesta cidade, os rios eram respeitados, denotando certo culto à beleza e a à sustentabilidade quanto ao uso das suas águas. Com efeito,

[...] ‘estado de espírito’ [...] nasceu em função do rio: porto, pontes, navegação fluvial e marítima. O Recife começou assim do Capibaribe para fora. Aí o seu berço. [...] Constitui, pois, aberração que a capital de Pernambuco trate hoje tão mal seus rios. Não se satisfaz em dar as costas ao Capibaribe, pois antigamente as patriarcais casas da Madalena, Torre ou Monteiro tinham entrada pelo rio. Os fundos ficavam para as ruas. Hoje [1959], inverteu-se o processo. E o nordestino foi mais além: emporcalhou os rios. As usinas começaram a urinar sistematicamente [*sic*] nos rios. Não bastaram os despejos nêles [*sic*] lançados por falta de esgotos ou por comodismo de parte dos participantes (Chacon, 1959, p. 58-59).

Esse mesmo tratamento de desrespeito para com seus rios também foi dado a outros elementos da “natureza” em Recife, a exemplo do que acontecia, ao mesmo tempo, com a vegetação, antes assaz presente em seus espaços.

A este respeito, vale ressaltar que, durante as décadas de vinte e trinta do século passado, a preservação da vegetação da cidade foi bravamente defendida por intelectuais e jornalistas locais, e isto

para evitar o agravamento da problemática ambiental na cidade. Reconheceu-se, assim, que,

No Recife, a morte dos sítios [chácaras] seria um mal coletivo. [...] Os sítios nos convém não só como sítios mas também por fazerem as vezes dos parques públicos. Entre nós, como em todas as cidades do Nordeste Brasileiro, onde tão necessária é a árvore na reação contra o clima adusto, devem-se estimular os grandes sítios como na França se estimulam as grandes famílias (Freyre, 1986, p. 9).

Não é, portanto, o conjunto de problemas acima ressaltados, ampliados no tempo histórico, que constitui sozinho o principal responsável pela atual crise ecológica na cidade; mas, concomitantemente, pela consolidação da cultura do uso do espaço – incluindo tudo o que ele contém – visando apenas ao lucro, mesmo que desrespeitando a natureza.

Com efeito, os sucessivos aterros, a destruição da cobertura vegetal das áreas litorâneas, problemas identificados por Jatobá (2014), também aconteceram mais recentemente no processo de construção dos CIPS e CIRS, bem como de várias áreas construídas nas cidades a fim de atender os interesses do que estamos chamando, em nosso grupo de pesquisa MSEU, Complexo Fundiário Imobiliário Comercial Financeiro (CFICF).

A este respeito, também em outra capital nordestina, Aracajú, houve várias razões para o desmatamento dos manguezais, dentre as quais Almeida (2010) destacou a promoção da salubridade, a busca por espaços para a construção de habitação e de vias de acesso e os interesses da especulação imobiliária, todas com o suporte do Estado.

É, portanto, a cultura inerente ao atual processo de produção dos espaços que agrava a crise ecológica a qual, por sua vez, segundo Vallerani

(2013a), incentiva a perda da qualidade ambiental e do bem-estar das pessoas, isto é, a perda da beleza dos diversos territórios que existiram e que ainda existem achando-se, assim, ameaçados.

Isso porque, trocando em miúdos, o “fazer dinheiro”, sob a antiga fórmula utilitarista, passou a impor-se como principal meta de todas as ações produtoras do espaço geográfico. A esse respeito, ressaltou Raffestin (s/d, p. 2-3)

Dizer que hoje a comunidade urbana é um ator paradigmático, significa pura e simplesmente que hoje os membros da comunidade não têm muito a dizer e que os bens comuns quase não existem mais. Por quê? Porque a comunidade não tem mais direitos sobre o espaço urbano devido à propriedade do solo. A apropriação pela comunidade é muito reduzida [...]. Aqueles que não possuem uma propriedade não têm mais nada a dizer. O solo urbano é, em certo sentido, confiscado por aqueles que têm a propriedade, e aqueles que deveriam ter uma propriedade não desempenham mais nenhum papel. [Um exemplo, com] a redução da população do centro de Genebra [há algumas décadas], porque o terreno tornava-se muito caro para acolher habitações, mas acessível a grandes lojas e bancos que passavam a possuir terreno no centro. [...] Constatou-se, infelizmente, que a cidade estava controlada pelo dinheiro e que ela se dividia em duas áreas: uma deixada para o dinheiro e outra para uma coletividade tornada ator paradigmático ou massa de consumidores a ser desfrutada.

Com isso, o autor conclui que a cidade passou a pertencer cada vez mais aos proprietários e aos especuladores vinculados ao CFICF, não deixando alternativas diferentes de intervenção para os demais membros da coletividade. Por isso, sustentamos que as cidades se tornaram insustentáveis às relações sociais humanas e à qualidade dos seus ambientes (Castilho, 2011; 2012).

Se por um lado esse quadro de referências mudou em alguns lugares em função do respeito à legislação de proteção ambiental socialmente imposta; em outros, ele ainda se acha bastante presente, tal como em muitas outras cidades brasileiras, inclusive desrespeitando a legislação de proteção ambiental também imposta no Brasil.

A relevância da questão ora levantada não reside, porém, na mera definição estética de ambientes como feios ou belos, mas, simultaneamente, no significado desta definição para a vida dos homens e das mulheres produtores dos seus territórios no espaço geográfico.

Pretendendo, portanto, ir mais além, infere-se que o belo atrai, estimulando sentimentos de amor, prazer e pertencimento com relação ao espaço vivido, enquanto que o feio afasta, estimulando sentimentos de repulsa e de desenraizamento. Nesses termos, em que medida a permanência da cultura de construir paisagens e tecer ambientes feios e maltratados – por exemplo, em nossas cidades – pode estimular seus habitantes a amarem suas paisagens, reaproximando-os delas e lutando efetivamente para seguirem contumazes a elas tecendo ambientes sustentáveis à vida?

A resposta a uma questão como essa faz-se de fundamental relevância para a reflexão sobre a necessidade de se buscar o amor para se resgatar a beleza das paisagens e dos ambientes, a qual é um dos propulsores do engajamento social nas atividades cotidianas dos homens e das mulheres nos seus ambientes de trabalho, lazer, circulação e vida.

Por isso, urge o desenvolvimento de uma teoria que assuma também o papel de se contrapor à cultura da feiura, resgatando a beleza no âmbito dos processos de produzir paisagens relacionadas a ambientes belos de vida.

Resumindo, por baixo da crise ecológica está a crise mais profunda do amor: que nosso amor tenha abandonado o mundo, que o mundo esteja desamado, é o resultado direto da repressão da beleza, de sua beleza e de nossa sensibilidade para com ela. Para que o amor volte ao mundo, é preciso, primeiramente, que a beleza retorne, ou estaremos amando o mundo só como uma obrigação moral: limpá-lo, preservar sua natureza, explorá-la menos (Hillman *apud* Yázigi, *Ibidem*, p. 275).

Levando-se em conta o que foi citado imediatamente acima, ter-se-á novamente a beleza, sobretudo, quando se resgatar a dignidade do cotidiano das paisagens e dos ambientes tecidos e vividos pela coletividade social, na busca da resolução dos problemas sociais inerentes à própria formação histórico-geográfica do Brasil, isto é, da miséria, do desrespeito para com as pessoas e seus ambientes, da negação dos direitos, da injustiça e assim por diante.

No caso do CIPS, trata-se de um exemplo claro de supressão da natureza com a intenção de instalar e dinamizar um complexo industrial e portuário, pelo qual o espaço tornar-se-ia o lugar útil para o crescimento econômico a todo custo, desmatando, poluindo, removendo pessoas e suas culturas, etc. Estabelecendo-se, portanto, através de uma ruptura também na relação entre cultura e sustentabilidade, tão necessária para os homens e as mulheres no que diz respeito à biodiversidade e à manutenção das biotas e dos biomas. Para o que se salienta que a continuidade e o desenvolvimento das culturas locais originárias, portadoras de uma relação histórica e interativa com o território são fundamentais para a beleza da paisagem.

No caso do CIRS Reserva do Paiva e no da “retomada” de áreas da orla fluvial do Capibaribe

(bairro Torre) (Figura 4), tratam-se de dois modos diferentes de produção de espaços destinados a outras necessidades das classes dirigentes. Com isso, o CFICF aproveita-se da cultura de massa para fazer valer suas intenções de “homogeneização” do processo de construção dos espaços (com mansões, arranha-céus, estradas modernas e rápidas, áreas de recreação, parques) para as classes sociais de mais alta renda. Mesmo fazendo uso do discurso da “manutenção do verde”, acabam reduzindo-o a uma mera estratégia para vender os imóveis com maior competência, visando à privatização da natureza.

No último caso acima destacado, ressalta-se que a gestão urbana local ainda faz uso de princípios inerentes ao higienismo, os quais, aliás, nunca deixaram de influenciar as políticas urbanísticas – dessa vez de maneira exacerbada – para expulsar moradores das classes subalternas e oprimidas que se acham presentes nas áreas que se revalorizam, mas que não possuem condições para continuarem morando nelas.

Em entrevistas junto a moradores dos edifícios localizados na orla fluvial do bairro Torre, foi-nos dito que, após a retirada – leia-se “limpeza”, para alguns – das palafitas e favelas locais, removendo seus moradores para outros lugares da mesma cidade, a área ficou mais bonita, o ar mais puro e coisas do tipo. Enfim, o lugar estaria mais belo. Mas, que beleza é esta? Para que e para quem ela serve?

Vale destacar, ainda, o caso de cerceamento da tradicional festa ocorrida no dia 1º de maio onde hoje se encontra o CIRS Reserva do Paiva, a Festa da Lavadeira (Figura 5). Tal era a dimensão da expressão popular promovida por essa festa que o evento foi considerado Patrimônio Cultural e Imaterial do estado de Pernambuco; possuía regulamentação através de lei municipal a fim de garantir o espaço

destinado à realização – no loteamento Praia do Paiva – além de impossibilitar qualquer alteração paisagística, construção ou utilização que viesse a prejudicar sua realização. Entretanto, a Festa da Lavadeira teve como algoz o CIRS Reserva do Paiva, pois foi o responsável por retirá-la do território onde tradicionalmente se realizava, a partir de 2012. Enfraqueceu-se, assim, uma festa que congregava manifestações culturais, religiosas e artísticas, com raízes em expressões populares, negras e indígenas,

como grupos de maracatu, afoxé, ciranda, coco, rabeça, pife, samba de roda, pastoril, mazurca, frevo, troças e escolas de samba, vindos de outras cidades de Pernambuco bem como de outros estados como Alagoas e Bahia. Atualmente, a Festa da Lavadeira realiza-se no centro do Recife, mas com reduzida participação e sem a expressão de outrora.

Neste quadro de referências material e imaterial, em que a beleza tem sido considerada como instrumento do desejo das pessoas voltadas para



FIGURA 4 – Processo de gentrificação (enobrecimento) de área fluvial do bairro Torre (Recife), após retirada das palafitas e remoção das famílias pobres.

FONTE: Arquivo pessoal de Cláudio J. M. de Castilho, fotos tomadas no primeiro semestre de 2014.

NOTA: vê-se significativa presença do “verde” na paisagem local, porém somente as classes sociais que se mantiveram e as que reocuparam esta área tiram proveito deste importante elemento da natureza, sobretudo em uma cidade cujos espaços vêm, cada vez mais, tornando-se verdadeiras “ilhas de calor” nos últimos tempos



FIGURA 5 – Festa da Lavadeira: era realizada onde hoje se encontra o CIRS Reserva do Paiva.
FOTOS: Marcelo Lyra (2008).

uma lógica intensamente consumista, não há espaço para o afloramento da beleza tal como pensado e conceituado por nós no início deste escrito; mas, por outro lado, para a permanência da cultura da feiura. Isso acontece ressignificando *Coketown*, ou seja, modelos de cidades em que os ambientes tecidos tornam-se cada vez mais insustentáveis à vida.

Deve-se, então, procurar atingir as profundas e complexas raízes da problemática ora ressaltada, libertando-nos das perspectivas teóricas e práticas simplistas, limitadas e redutoras. Por isso, na seção seguinte, sustentar-se-á a ideia de se buscar uma cultura alternativa à predominante.

A outra cultura seria a da produção de espaços com belas paisagens e, por sua vez, representando belos ambientes, como ponto de partida para o aprofundamento da discussão e, sobretudo, da urgência no que diz respeito à reativação de uma práxis efetivamente diferente.

Cultura, reitera-se, constituída por relações entre os membros de toda uma coletividade e o seu ambiente que considere princípios e valores em que a beleza – sob os parâmetros anteriormente colocados – seja buscada como escopo.

4. Da cultura da beleza da paisagem à produção de ambientes urbanos belos em sua plenitude...

Ressalta-se que o problema da negação da natureza – como uma totalidade complexa formada pelas dimensões, simultaneamente, natural e humana – ainda se acha presente no seio das preocupações relativas às pesquisas e às ações sobre o urbano, sobretudo porque a cidade “pós-industrial” reforçou esta negação.

Todavia, não obstante o citado problema relativo à negação da natureza, na realidade, suas relações de vizinhança ainda permanecem bem vivas. Daí a possibilidade de poderem ser retomadas se se deseja resgatar a beleza dos ambientes socialmente tecidos e, por sua vez, das paisagens que os representam.

Qu'il s'agisse de la nature abiotique ou du vivant, l'une comme l'autre nécessitent une réflexion approfondie pour aboutir à leur gestion durable. [...] La responsabilité des pouvoirs locaux est engagée dans la création d'un environnement de qualité et dans la protection des écosystèmes. [...] La protection de la nature contribue à développer le sentiment d'appartenance et l'engagement des citoyens et citoyennes vis-à-vis de la communauté. (Veyret, 2006, p. 79)

Mas, os debates em torno da necessidade de revalorização das relações de proximidade entre sociedade e natureza, no âmbito da gestão do ter-

ritório, devem ainda enfrentar muitos problemas como o de superar a tendência a separar natureza e sociedade e o de pensar e praticar o território de maneira simplista, por meio de uma visão unidisciplinar.

Le champ de l'environnement urbain préoccupe fortement les acteurs opérationnels de la ville. [...] Cependant, rares sont les équipes de recherche ou les formations de géographes qui, dans ce contexte renouvelé, ont saisi les liens entre l'urbain et l'environnement comme objet central, comme si cette thématique n'était pas digne d'une réflexion scientifique et conceptuelle. [...] Parallèlement, l'émergence de 'l'écologie humaine' et la puissance institutionnelle de l'urbanisme et de l'aménagement qui cherchent à se constituer en disciplines scientifiques autonomes, ont conduit à disqualifier la spécificité des approches géographiques sur ce thème et à oublier leur richesse (Dorier-appril, 2006, p. 11).

De qualquer maneira, tem-se visto o retorno do interesse de pessoas pertencentes às classes dirigentes pela questão da natureza, de suas amenidades e beleza, levando-as a reaproximarem-se das águas e da vegetação. Muito embora, faz-se necessário salientar que isto tenha ocorrido sob uma perspectiva economicista e utilitarista, principalmente a partir de fins do século XX (Castilho, 2014). Concomitantemente, assim, a construção de territórios⁴ segundo a lógica do dinheiro que, por sua vez, reforça as territorialidades⁵ privadas na cidade.

⁴ Neste texto considera-se que: “Le territoire est généré à partir de l'espace, il est le résultat d'une action conduite par un acteur syntagmatique (réalisant un programme) à quelque niveau que ce soit. En s'appropriant concrètement ou abstraitement (par exemple, par la représentation) un espace, l'acteur 'territorialise' l'espace. [...] Le territoire, dans cette perspective, est un espace dans lequel on a projeté du travail, soit de l'énergie et de l'information, et qui, par conséquent, révèle des relations toutes marquées par le pouvoir. L'espace est la 'prison originelle', le territoire est la prison que les hommes se donnent”. (Raffestin, 1980, p. 129).

⁵ No que concerne à territorialidade, visto que o espaço geográfico é produto de um conjunto complexo de relações sociais: “[...] la territorialité peut être définie comme un ensemble de relations prenant naissance dans un système tri-dimensionnel société-espace-temps en vue d'atteindre

Isso ainda acontece através de posturas de desrespeito dos territórios e das territorialidades das pessoas pertencentes às classes subalternas e oprimidas as quais, ao contrário das primeiras, estabeleceram-se historicamente em áreas ribeirinhas onde construíram seus territórios e teceram suas territorialidades no âmbito dos seus ambientes de vida. Áreas que hoje se revalorizaram e, por sua vez, tornaram-se cobiçadas pelo CFICF.

L'intégration des ruisseaux et des fleuves dans l'aménagement urbain est désormais largement prônée. [...] Souvent la réhabilitation a commencé par la réutilisation des voies sur berges avant que ne soient développés des programmes combinant fonctions tertiaires, récréatives et résidentielles de standing ce qui a souvent provoqué une hausse du foncier et de l'immobilier et donc la substitution de populations aisées à des populations plus modestes (Veyret, 2006, p. 69).

Para combater a cultura do processo de produção do espaço que segue os imperativos da racionalidade técnico-instrumental capitalista, ressalta-se, então, que se deve começar atingindo as raízes concernentes ao uso do território sob os parâmetros inerentes ao modelo colonial de produção do espaço na América latina, o qual

[...] implicou um gradativo empobrecimento relativo dos territórios onde se instalou, uma destruição da riqueza natural sem uma agregação de valor ao solo compatível com a riqueza retirada. Numa perspectiva antropológica, podemos dizer que a noção de 'con-

quista' recobre o entendimento que o colonizador tem desse processo. O território colonial é visto como um 'espaço a se ganhar', a submissão 'civilizatória' de uma natureza bruta que engloba as populações autóctones – a qual aos olhos do colonizador aparece como mais um recurso natural da área colonizada [...]. Mesmo com os processos de emancipação política já realizados, as elites permanecem pensando seus países como espaços a se ganhar [...]. Age-se como se o fundo territorial fosse inesgotável (Moraes, 1997, p. 37).

Superando-se, portanto, este modelo simplista, limitado, redutor, injusto e segregador que considera a natureza como mero recurso econômico, pode-se, efetivamente, pensar em tecer ambientes em que a qualidade de vida, o bem-estar e o respeito às pessoas e aos seus territórios e territorialidades tornem-se prioridade número um.

Nesta perspectiva, tais ambientes serão apresentados por belas paisagens que constituem possibilidades criadas a partir do resgate da ideia e da prática de produção da “paisagem bela” discutida por Cavalcanti (1986), ou seja, como um bem público, o qual

[...] pertence a todos e seu consumo (visual) por uns não diminui as possibilidades de consumo de outros. Entretanto, ao se deformar um cenário natural, ao se modificar definitivamente o desenho de uma paisagem, muito embora possa justificar-se o ato por este ou aquele argumento econômico, como no caso do distrito industrial-portuário [de SUAPE], está-se diminuindo o poder aquisitivo da sociedade em termos da qualidade estética do panorama que lhe serve de referência (Cavalcanti, 1986, p. 123-124).

la plus grande autonomie possible compatible avec les ressources du système. [...] Les relations qui la constituent peuvent être symétriques ou dissymétriques, c'est-à-dire caractérisées par des gains et des coûts équivalents ou non. [...] on aura une territorialité stable et une territorialité instable. [...] La territorialité se manifeste à toutes les échelles spatiales et sociales [...] et on pourrait dire qu'elle est [...] la 'face vécue' de la 'face agie' du pouvoir''' (*Ibidem*, pp. 145-146).

Contudo, a mudança efetiva só pode acontecer a partir de pressão dos interesses do conjunto das classes sociais conscientes do seu compromisso para com a causa da beleza da paisagem e do ambiente tecido nos seus diversos contextos territoriais. Daí a necessidade, primeiramente, de se tentar

[...] despertar as consciências dos cidadãos e comover a indolência de uma classe política pouco atenta para os problemas ambientais [...] ser essenciais, eficazes, afiados e raivosos, para fazer compreender a gravidade da injustiça causada pelo extermínio da paisagem, o extermínio dos rios com as descargas abusivas, seguidos de intervenções sem nenhum planejamento, enfim no âmbito do ultraje aos sistemas ecológicos que nos hospedam e do desperdício das fisionomias culturais... (Vallerani, 2013a, p. 114, tradução livre).

Em sendo assim, o combate às ações produtoras do feio possui, como ponto de partida, a indignação com relação ao estado de desrespeito das ações economicistas e utilitaristas para com a paisagem e o ambiente das pessoas. Porém, a indignação a qual se refere o autor trata-se de um sentimento de reação contra as injustiças do mundo, que deve “alavancar a potência transformadora”⁶ das pessoas na direção do belo.

No Brasil, ainda que não sejam respeitadas, já existem garantias legais, inclusive que, se efetivamente acionadas e concretizadas pelas citadas classes sociais, podem contribuir para a preservação e/ou conservação das paisagens e dos ambientes belos ainda existentes e, por que não, se ainda possível, procurar recuperar algo do que se perdeu (Castilho *et al.*, 2018).

Desse modo, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), associando-se à seção relativa à política urbana – artigos 182 e 183 –, deve-se considerar a seção relativa à política para o meio ambiente.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. [...] V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente... (CRFB, Art. 225).

Isso, por sua vez, remete-nos, concomitantemente, à ideia da necessidade, ainda, de uma *ecologia profunda*, a qual representa a necessidade de um novo paradigma para guiar as relações dos homens com o mundo. Isto na medida em que, sem cair nas percepções românticas desta perspectiva, este paradigma

[...] concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas. Pode também ser denominado visão ecológica, se o termo ‘ecológica’ for empregado num sentido muito mais amplo que o usual. A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos) (Capra, 2006, p. 25).

⁶ Trecho da exposição “Abelardo da Hora, da indignação à esperança”, promovida pelo SESC em parceria com a UFPE. Artista que, pelo caráter expressionista de sua arte, não somente demonstrou indignação diante das injustiças do mundo, como também suscitou sentimentos de esperança em termos de um mundo diferente.

Sabe-se que a mudança de paradigma, de acordo com o mesmo autor, “requer uma expansão não apenas de nossas percepções e maneiras de pensar, mas também de nossos valores” (Capra, 2006, p. 27). Relacionando-se com a geografia, no âmbito de uma problemática relacional, nota-se que,

Il ne s’agit pas de rapprocher deux ‘anthropocentrismes différenciels’ pour fusionner deux disciplines [la géographie et l’écologie humaine] qui ont, non seulement leur raison d’être mais encore des mérites incomparables, quant à notre appréhension et à notre représentation du monde. [...] elles peuvent l’une et l’autre contribuer à l’élaboration d’une éco-géographie pour reprendre le terme de J. Tricart et J. Kilian. Ce point de vue [...] consiste à ‘étudier comment l’homme s’intègre dans les éco-systèmes, comment cette intégration est diversifiée en fonction de l’espace terrestre’ [...] Dans cette perspective, **l’écogéographie** débouche sur une science appliquée, utile à l’aménagement, mais qui laisse de côté [...]. Il est d’une importance extrême qu’une **écogéographie** ne soit pas considérée du seul point de vue d[u] (‘monde autour’) mais encore du point de vue du [...] (‘monde avec’). Cela change complètement la conception de l’anthropocentrisme classique qui au lieu de placer l’homme ‘au milieu du monde’ en fait un élément, certes privilégié, mais qui vit avec tout, à travers tout et par tout ce qui fait justement le monde (Raffestin, 2012, p. 35, destaques no original).

Numa perspectiva, portanto, inter/transdisciplinar, e entendendo a realidade paisagístico-ambiental de maneira relacional, destaca-se um conjunto de percepções que não podem ser apreendidas e concebidas de maneira isolada dos seus diversos contextos.

Assim sendo, para moradores⁷ de palafitas e favelas construídas em áreas situadas às margens dos rios: “viemos morar aqui porque não tinha outro lugar para morar na cidade”; “a gente chegou aqui porque não podíamos mais morar onde estávamos, fomos expulsos”; enfim, essas falas demonstram que não havia outra opção em termos de espaços para morarem na cidade, o que tem a ver com sua posição na estrutura territorial na cidade.

Mesmo assim, percebe-se que, apesar de tudo, eles ainda esperam que as autoridades do poder executivo municipal melhorem os seus territórios de vida, favorecendo a construção de ambientes pelo menos diferentes do existente. Isso pôde ser constatado pelas falas que se seguem: “aqui é uma fedentina, a Prefeitura do Recife deveria sanear a área”; “não queremos sair daqui, o que queremos é que o Prefeito veja a nossa situação, pois nossas casas não têm esgoto e nem água encanada”; “por que, em vez de tirar a gente dessa palafita, a Prefeitura não constrói casas para nós aqui mesmo? É só pensar melhor como seria essas casas”.

Ao mesmo tempo, eles compreendem que estão diante de uma situação territorial que representa “risco para a vida, a qualidade de vida e o ambiente”. Isso nos remete, simultaneamente, a outra questão de fundo, isto é, a da manipulação da sociedade, o que é posto em prática pelas classes dirigentes a fim de atender propósitos economicistas e utilitaristas globais produtores de *Coketown*.

A manipulação, porém, só pode ocorrer se ela ‘de algum modo, encaixar-se nos interesses ‘objetivos’ dos indivíduos manipulados. ‘As massas’, afirmei, ‘são manipuladas por força de seus próprios interesses.

⁷ A pedido da maior parte dos entrevistados, optou-se pela não revelação da identidade das pessoas entrevistadas, bem como dos lugares em que as entrevistas foram realizadas.

Por isso, os fenômenos manipulativos falam sempre a língua de interesses reais, ainda que como língua estrangeira de interesses alienados e desfigurados, portanto, irreconhecíveis' (Haug, 1997, p. 14).

Tem-se, assim, que considerar o resgate do respeito para com os homens e as mulheres, os seus respectivos ambientes de vida e as paisagens que os representam, com base no conjunto dos territórios e das territorialidades presentes no espaço geográfico, no âmbito da cultura popular.

De acordo ainda com moradores entrevistados: “ninguém respeita a gente, porque vivemos aqui na lama há muito tempo, desde que chegamos aqui”; “é um desrespeito deixar a gente morando aqui sem nenhum apoio da Prefeitura, cadê o Prefeito? Cadê o Vereador? Só vêm aqui para pegar nosso voto e depois esquecem de nós”; “a gente só quer é um pouquinho de respeito, viver bem sem esse mal cheiro ao redor”; “a gente quer continuar morando aqui, mas com dignidade, respeito”; “respeito é também ter emprego, criança em boa escola, ser tratado bem no hospital”, etc. Foi por isso também que se acrescentou esse sentimento de respeito, aos de qualidade de vida e bem-estar como condicionantes fundamentais na conquista da beleza da paisagem.

No caso específico dos cursos d'água, por que razão não pensar neles como ambientes efetivamente vinculados à vida das pessoas, tal como ocorria nos primeiros tempos do processo de formação histórico-territorial da cidade de Recife?

No que tange, portanto, ao bom uso dos rios, os moradores manifestaram-se da seguinte forma:

“nosso rio era tão bonito, por que não se cuida mais tão bem dele como se fazia antes?”; “quando eu era criança, a água do rio era melhor, era mais clara, tinha mais peixe e não fedia tanto como agora”; “a gente até quer que o governo facilite o transporte pelo rio, mas sem tirar a gente daqui, para que a gente possa andar de barco e que o barco seja mais barato do que o ônibus”; “por que [apontando para os edifícios onde moram as pessoas de alta renda] só o rico é que fica pertinho do rio depois que o governo faz obra e a gente que é pobre sai?”. Por isso destaca-se “o diálogo, a convivência, a interculturalidade como princípios básicos da dinâmica de relações cidadãos” (Pascual, 2008, p. 57) como necessários à afirmação da beleza das paisagens.

A este propósito, nota-se, também, a preocupação dos moradores com relação aos projetos voltados para a navegabilidade do rio Capibaribe⁸, os quais poderiam ser interessantes na medida em que, ambientalmente pertinentes, fossem implementados para vincular aquele rio aos territórios vividos das populações pertencentes às classes sociais subalternas e oprimidas, resgatando as inter-relações simbióticas entre sociedade e natureza dos primeiros tempos da formação territorial da cidade, promovendo belos ambientes, e por sua vez, belas paisagens, também para essas pessoas.

Estabelecer distinções entre os ambientes que podem ser ocupados por pessoas de estratos sociais diversos como norteado pela racionalidade técnico-instrumental capitalista é, pois, ratificar a homogeneização pretendida pelo CFICF, o qual re-

⁸ Trata-se de um conjunto de ações voltadas à recuperação das áreas que margeiam o rio Capibaribe, revitalizando suas paisagens ribeirinhas, bem como promovendo a viabilização da navegabilidade do seu curso. Ações que já têm suscitado uma série de críticas de parte da sociedade civil na medida em que, baseadas em ações simplistas, não atingem a complexidade no que tange às relações do rio com a cidade, aparecendo mais como estratégias reforçadoras de interesses econômicos e utilitaristas, sob uma perspectiva higienista do que da sociedade em sua totalidade.

lega relações cidadãs e impõe relações de consumo, tomando o espaço e tudo o que ele contém, como a natureza, como meras mercadorias. Daí por que a feiura se acha presente na cidade como um todo, ou seja, em todos os seus territórios: os das classes sociais dirigentes e os das classes subalternas e oprimidas.

Ainda sobre isso, na Europa, segundo Vallerani (2013b), muitos rios de cidades importantes estão sendo recuperados com o objetivo de transformar seus cursos em “corredores culturais”, por meio de ações que têm valorizado as áreas que margeiam os cursos d’água como alternativa ao “turismo de massa”.

A formação de tais corredores culturais aproveita-se das *rugosidades* espaciais presentes, com possibilidades para engendrar o reequilíbrio ambiental e, ao mesmo tempo, espaços de recreação, em primeiro lugar, para os moradores locais. Com isso, pode-se melhorar a qualidade ambiental do cotidiano dessas pessoas. Enfim,

Humanizar o espaço vivido diz respeito não somente ao cuidado com a dimensão fisionômica dos lugares, mas reencontra possibilidades de satisfação no âmbito da própria territorialidade, recuperando o prazer antigo das relações sociais favorecendo o sentido de pertencimento. [...] Como ponto máximo, acrescentaríamos que [...] as pessoas sentir-se-iam contentes de viver... (Vallerani, 2013b, p. 119, tradução livre).

Ao se proceder dessa maneira, ter-se-á condições efetivas para reenvolver os homens e as mulheres – pertencentes também às classes sociais subalternas e oprimidas – nos seus diversos ambientes de vida, em vez de continuar des-envolvendo-os (Castilho, 2013).

Nessa perspectiva, haverá, ademais, possibilidades concretas para o resgate da beleza das paisagens e dos ambientes tecidos pela cultura popular, ou seja, para a produção de espaços efetivamente sustentáveis em que o respeito às pessoas e à natureza, a qualidade de vida e o bem-estar coletivo sejam prioridades, suscitando sentimentos de pertencimento ao(s) território(s) vividos.

5. Conclusão

Buscou-se esboçar caminhos teóricos, seguido de uma prática, capaz de pensar em possibilidades concretas para a efetivação de uma nova cultura em termos de produção do espaço geográfico, a qual deverá ter como metas a produção de belas paisagens e, por sua vez, de ambientes belos.

Para isso, ressaltou-se, primeiramente, a importância de fazer uma reflexão sobre a situação atual em que, sob os imperativos da cultura de massa inerente à lógica da racionalidade técnico-instrumental capitalista, se tem predominado a produção de paisagens e ambientes feios – não somente do ponto de vista da estética, mas também dos sentimentos e valores sociais e humanos – e, portanto, insustentáveis à vida dos homens e das mulheres na Terra. O que se tem replicado nos ambientes tecidos por todas as classes sociais.

Nessa perspectiva, construiu-se uma proposta de compreensão do que significa paisagens e ambientes belos, em contraposição a paisagens e ambientes feios, visando reforçar ações efetivamente inter/transdisciplinares para o desenvolvimento ambiental em todas as suas dimensões. Para isso, aliás, o respeito às pessoas e à sua natureza, bem como à qualidade de vida e ao bem-estar nos seus

respectivos ambientes constituem condições *sine qua non*.

Conceituou-se beleza das paisagens e dos ambientes como uma condição fundamental em que o bem viver das pessoas, relacionado com sua reaproximação com relação à natureza, associa-se também às ideias de respeito, equilíbrio e harmonia ecológica, dentre outras. Nesta perspectiva, o belo (paisagens belas), como algo que atrai, estimularia sentimentos de amor, prazer e enraizamento/pertencimento com relação à produção do espaço, suscitadores de ambientes belos em termos de moradia, trabalho, circulação, diversão e vida.

Procurou-se explicitar o significado de beleza/belo, também, para a reflexão e a prática ambientais na realidade vivida pelos homens e pelas mulheres, ressaltando a necessidade de se respeitar as pessoas no seu próprio território vivido, fazendo valer, ao mesmo tempo, os instrumentos legais socialmente construídos e institucionalizados, bem como as pressões sociais – ora em latência ora em visibilidade/atividade – na perspectiva de algo diferente em termos de uso e produção de territórios.

Referências

Alberoni, F. Guardiamo giardini e strade per giudicare i politici, il bello e il brutto, *Corriere della Sera*, Milano, 1994. Disponível em: <https://www.corriere.it/quotidiano/archivio/francesco_alberoni_3.shtml>. Acesso em: set. 2014.

Almeida, F. C. de. *Manguezais aracajuanos*: convivendo com a devastação. Recife: Editora Massangana, 2010.

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Editora Mandarino, 1988.

Barbosa, A. G. *Exclusivismo socioespacial na Região Metropolitana do Recife*: produção do espaço e governança do Complexo Imobiliário, Residencial e de Serviços Reserva do

Paiva. Recife, Tese (Doutorado em Geografia), UFPE, 2014.

Capra, F. *A teia da vida*. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

Castilho, C. J. M. de. O ambiente urbano numa perspectiva interdisciplinar: discussão de conceitos que tratam das inter-relações sociedade-natureza, a partir da geografia do Recife. *Revista Brasileira de Geografia Física*, 5, 872-896, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/download/232673/26686>

Castilho, C. J. M. de. A (in)sustentabilidade da vida humana nas cidades: redirecionamentos teórico-metodológicos à construção de ambientes urbanos humanos. *Revista Brasileira de Geografia Física*, 5(1), 185-206, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/view/232791/26791>

Castilho, C. J. M. de. Apontamentos para uma geografia social da cidade do Recife. In: Galvêncio, J. D.; Souza, W. M. de. *Mudanças climáticas e biodiversidade*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.

Castilho, C. J. M. de. Ensaio sobre uma teoria para o resgate da beleza dos ambientes. In: Galvêncio, J. D.; Souza, W. M. de (Org.). *Mudanças climáticas e impactos nos ecossistemas*. 1ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 167-183, 2013.

Castilho, C. J. M. de. Água e espaço urbano em Recife. Interesses sociais e geopolítica interna. *Revista Brasileira de Geografia Física*, 7(3), 597-614, 2014.

Castilho, C. J. M. de. Do (des)respeito à complexidade ambiental no processo de formação do território brasileiro. In: Galvêncio, J. D.; Oliveira, V. S. de; Souza, W. M. de. (Org.). *Mudança climática e meio ambiente*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2017.

Castilho, C. J. M. de; Pontes, B. A. N. M.; Brandão, R. J. A. A destruição da natureza em ambientes rurais e urbanos no Brasil: uma tragédia que ainda pode ser revista. *Ciência e natureza*, 40, e-32, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/download/30407/pdf>

Cavalcanti, C. Uma teoria econômica para paisagens belas. In: Jatobá, L. (Org.). *Estudos nordestinos de meio ambiente*. Recife: Editora Massangana, 1986.

- Chacon, V. *O Capibaribe e o Recife*. História social e sentimental de um rio. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1959.
- Coimbra, J. de Á. A. Considerações sobre a interdisciplinaridade. In: Philippi Júnior, A. et al. (Org.). *Interdisciplinaridade em ciências ambientais*. São Paulo: Signus Editora, 2000.
- Dorier-Apprill, E. La géographie, les villes et l'environnement: débats épistémologiques et enjeux contemporains. In: Dorier-Apprill, E. (sous la direction de). *Ville et environnement*. Paris: Sedes, 2006.
- Freyre, G. Em defesa de sítios e quintais. In: Jatobá, L. (Org.). *Estudos nordestinos de meio ambiente*. Recife: Editora Massangana, 1986.
- Haug, F. W. *Crítica da estética da mercadoria*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- Indovina, F. *Governare la città con l'urbanistica*. Guida agli strumenti di pianificazione urbana e del territorio. Santarcangelo di Romagna: Maggioli Editore, 2006. (le guide per gli amministratori dell'ente locale)
- Jatobá, L. Uma breve caracterização da geo-história do baixo curso do rio Capibaribe. In: Jatobá, L.; Lins, R. C.; Silva, A. F. *Tópicos especiais de geografia física*. 2ª edição. Petrolina: Progresso, 2014.
- Leff, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: Philippi Júnior, A. et al. (Org.). *Interdisciplinaridade em ciências ambientais*. São Paulo: Signus Editora, 2000.
- Leff, E. *Racionalidad Ambiental: la reapropiación social de la naturaleza*. México: Siglo XXI, 2004.
- Lévy, J.; Lussault, M. (sous la direction de). *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin, 2013. (nouvelle édition revue et augmentée)
- Moraes, A. C. R. *Meio ambiente e ciências humanas*. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- Mumford, L. *A cidade na história*. Suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- Pascual, J. Ideias-chave sobre a Agenda 21 da Cultura. In: Coelho, T. (Org.). *A cultura pela cidade*. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- Raffestin, C. *Pour une géographie du pouvoir*. Paris: Litec, 1980.
- Raffestin, C. *Dallo spazio urbano come bene comune al diritto ala città*. Torino: mimeo, s/d.
- Raffestin, C. Géographie et écologie humaine. *Archive ouverte UNIGE*, Université de Genève, Disponível em: <http://archive-ouverte.unige.ch/unige:4444>. Acesso em: dez. 2012.
- Reclus, É. *Do sentimento da natureza nas sociedades modernas*. São Paulo: Expressão & Arte: Editora Imaginário, 2010 [1866].
- Santos, M. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- Scruton, R. *Beleza*. São Paulo: É Realizações, 2013.
- Yázigi, E. *A alma do lugar*. Turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2001. (coleção turismo contexto)
- Vallerani, F. *Italia desnuda*. Percorsi di resistenza nel Paese del cemento. Veneza: Edizioni Unicopli, 2013a.
- Vallerani, F. *Tra colli euganei e laguna veneta. Dal museo dela navigazione al turismo sostenibile*. Veneza: Adria Muse/Adriatic IPA, 2013b.
- Veyret, Y. Ville et "nature" dans le monde occidental. In: Dorier-Apprill, E. (sous la direction de). *Ville et environnement*. Paris: Sedes, 2006.